

- realizado a colação de grau) e, no caso de formação no exterior, comprovante de conclusão de curso equivalente, com tradução juramentada;
- k) termo de preferência de lotação, fornecido pelo TCE/RS, devidamente preenchido e assinado pelo candidato;
- l) declaração de imposto de renda e recibo de entrega da declaração à Receita Federal ou, se isento, declaração de bens e rendas fornecida pelo TCE/RS, nos termos do artigo 13 da Lei Federal nº 8.429/1992;
- m) comprovante de endereço atual: conta de luz, de água, de telefone ou de IPTU, em nome do candidato, ou declaração de que o candidato reside no endereço indicado, que deverá estar assinada pelo candidato aprovado.
- 15.8.1 A documentação referida no subitem 15.8 deverá ser entregue pelo candidato no prazo máximo de até **cinco dias úteis** anteriores à data limite de término do prazo legal para a posse, a fim de que o TCE/RS possa, em tempo hábil, tomar as medidas necessárias de verificação do cumprimento das formalidades legais prescritas para o provimento do respectivo cargo/especialidade, conforme previsto no artigo 19 da Lei Complementar Estadual nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994.
- 15.9 Só poderá ser investido no cargo/especialidade o candidato nomeado que for julgado apto após análise da documentação referida no subitem 15.8, que será objeto de verificação e validação pelo TCE/RS.
- 15.9.1 A não apresentação, a apresentação incompleta ou a apresentação irregular da documentação exigida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, na forma do subitem 15.8 deste edital, tornará sem efeito a nomeação.
- 15.10 Somente será investido no cargo/especialidade o candidato nomeado que for julgado apto física e mentalmente para o exercício das atribuições do cargo, após se submeter a exames e avaliação médica pericial, de caráter eliminatório, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar Estadual nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994.
- 15.10.1 O candidato nomeado que não for julgado apto física e mentalmente para o exercício das atribuições do cargo/especialidade terá a nomeação tornada sem efeito.
- 15.11 Após a posse e o procedimento de ingresso, para o cargo de **Auditor de Controle Externo (ACE)**, a lotação se dará, preferencialmente, nos Serviços Regionais de Auditoria em cidades do interior do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a necessidade da Administração.
- 15.12 Para o cargo de **Oficial de Controle Externo (OCE)**, após a posse e o procedimento de ingresso, a lotação se dará, preferencialmente, na Sede do Tribunal de Contas do Estado, localizada na Cidade de Porto Alegre/RS, de acordo com a necessidade da Administração.
- 15.13 A critério do TCE/RS, havendo a disponibilização, no momento do ingresso, de mais de uma cidade com possibilidade de lotação para o respectivo cargo/especialidade, os candidatos realizarão sua opção mediante preenchimento de formulário específico, conforme referido no subitem 15.8, alínea "k", prevalecendo como critério de atendimento, quando houver mais de um interessado na mesma cidade, a ordem de nomeação para o respectivo cargo/especialidade descrita no subitem 15.2 deste edital.
- ## 16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- 16.1 A inscrição do candidato implicará o cumprimento e a aceitação das normas para o concurso público contidas nos comunicados, neste edital e em outros a serem publicados.
- 16.2 Todos os candidatos concorrerão em igualdade de condições, excetuados os casos específicos previstos na legislação vigente para o atendimento especializado para a realização das provas.
- 16.3 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, resultados, editais e comunicados referentes a este concurso público publicados no *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, no *Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul* (ou divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/tce_rs_25).
- 16.3.1 Havendo publicação no *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, juntamente com outros locais/formas de publicação, os prazos serão contados a partir dessa publicação.
- 16.3.2 Caso ocorram problemas de ordem técnica e(ou) operacional nos links referentes ao concurso, causados pelo Cebraspe, que comprometam as funcionalidades sistêmicas ou gerem a indisponibilidade de serviços, os prazos de acesso a esses links serão automaticamente prorrogados, no mínimo, pelo tempo que durar a indisponibilidade ou que ficar comprometida a funcionalidade. A prorrogação poderá ser feita sem alteração das condições deste edital.
- 16.3.3 As informações a respeito de notas, classificações e resultados em geral poderão ser acessadas por meio dos editais de resultados. Não serão fornecidas informações que já constem dos editais ou fora dos prazos previstos nesses editais.
- 16.4 O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Quadra 01, Lotes 1115 a 1145 - SAAN, Edifício Cebraspe, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/tce_rs_25, ressalvado o disposto no subitem 16.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.
- 16.5 O candidato que desejar relatar ao Cebraspe fatos ocorridos durante a realização do concurso deverá fazê-lo junto à Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, postando correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70842-970, Brasília/DF, ou enviando e-mail para o endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.
- 16.6 Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do subitem 16.3 deste edital.
- 16.6.1 Não serão fornecidos a terceiros informações e documentos pessoais de candidatos, em atenção ao disposto no artigo 31 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- 16.7 O candidato poderá protocolar requerimento relativo ao concurso, a qualquer tempo, por meio de correspondência ou e-mail instruído com cópia do documento de identidade e do CPF. O requerimento poderá ser feito pessoalmente mediante preenchimento de formulário próprio, à disposição do candidato na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, no horário das 8 horas e 30 minutos às 18 horas e 30 minutos, ininterruptamente, exceto sábados, domingos e feriados, observado o subitem 16.5 deste edital.
- 16.8 O candidato que desejar corrigir o nome fornecido durante o processo de inscrição deverá entregar **requerimento de solicitação de alteração de dados cadastrais** das 8 horas e 30 minutos às 18 horas e 30 minutos (exceto sábados, domingos e feriados), pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada Quadra 01, Lotes 1115 a 1145 - SAAN, Edifício Cebraspe, Brasília/DF, ou enviá-lo, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, para a Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe - TCE/RS - 2025 (Solicitação de alteração de dados cadastrais) - Caixa Postal 4488, CEP 70842-970, Brasília/DF, ou via e-mail, para o endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br, acompanhado de cópia dos documentos que contenham os dados corretos e cópia da sentença homologatória de retificação do registro civil.
- 16.8.1 O candidato que solicitar a alteração de nome, nos termos do subitem 16.8 deste edital, terá o seu nome atualizado na base de dados do Cebraspe para os eventos com inscrições abertas e para os futuros eventos.
- 16.9 O candidato deverá manter atualizados seus dados pessoais e seu endereço perante o Cebraspe enquanto estiver participando do concurso público, por meio de requerimento a ser enviado à Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, na forma dos subitens 16.7 ou 16.8 deste edital, conforme o caso, e perante o TCE/RS, após a homologação do resultado final, desde que aprovado. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seus dados pessoais e de seu endereço.
- 16.9.1 Após a homologação do resultado final do concurso, o candidato aprovado e classificado deverá manter atualizados os seus dados pessoais e seu endereço perante o TCE/RS e informar as alterações que tenham ocorrido em seu cadastro via e-mail, para o endereço eletrônico sp@tce.rs.gov.br.
- 16.10 As despesas relativas à participação em todas as fases do concurso e à apresentação para os exames da avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e para os exames pré-admissionais correrão às expensas do próprio candidato.
- 16.11 As alterações de legislação com entrada em vigor até a data de publicação deste edital serão objeto de avaliação, ainda que não contempladas nos objetos de avaliação constantes do item 17 deste edital.
- 16.12 A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação, salvo se listadas nos objetos de avaliação constantes do item 17 deste edital.
- 16.12.1 As jurisprudências dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de itens desde que publicadas até 30 dias antes da data de realização das provas.
- 16.13 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.
- 16.14 Os casos omissos serão resolvidos pelo Cebraspe e pelo TCE/RS.
- ## 17 DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO (HABILIDADES E CONHECIMENTOS)
- ### 17.1 HABILIDADES
- 17.1.1 Os itens das provas poderão avaliar habilidades que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, com o intuito de valorizar a capacidade de raciocínio.
- 17.1.2 Cada item das provas poderá contemplar mais de um objeto de avaliação.
- ### 17.2 CONHECIMENTOS
- 17.2.1 Nas provas, serão avaliados, além de habilidades, conhecimentos conforme descritos a seguir.
- #### 17.2.2 CONHECIMENTOS GERAIS PARA OS CARGOS DE AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (ACE)

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referenciamento, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

RACIOCÍNIO LÓGICO-ANALÍTICO: 1 Lógica sentencial (ou proposicional). 1.1 Proposições simples e compostas. 1.2 Tabelas-verdade. 1.3 Equivalências. 2 Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. 3 Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, reconhecimento de padrões, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos, compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas. 4 Problemas de lógica e raciocínio. 4.1 Problemas de contagem e noções de probabilidade. 5 Falácias. 6 Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio-padrão.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: 1 Noções de sistema operacional (ambiente Windows). 2 Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office). 3 Redes de computadores . 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e *intranet* . 3.2 Programas de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome e similares) . 3.3 Programas de correio eletrônico (Microsoft Outlook) . 3.4 Sítios de busca e pesquisa na Internet . 3.5 Grupos de discussão . 3.6 Redes sociais . 3.7 Computação na nuvem (*cloud computing*) . 4 Noções de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas . 5 Segurança da informação . 5.1 Procedimentos de segurança . 5.2 Noções de *malware*, vírus, worms e pragas virtuais . 5.3 Aplicativos para segurança (antivírus, *firewall*, *anti-spyware* etc.) . 5.4 Procedimentos de *backup* . 5.5 Armazenamento de dados na nuvem (*cloud storage*).

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 1 Conceito, tipos e formas de controle. 2 Controles interno e externo. 3 Controle parlamentar. 4 Controle pelos tribunais de contas. 5 Controle social e os tribunais de contas. 6 Controle administrativo. 7 Recurso de administração. 8 Reclamação. 9 Lei da Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações). 10 Controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas. 11 Lei nº 14.133/2021. 12 Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). 13 Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (artigos 70 a 77). 14 Lei Orgânica do TCE/RS (Lei estadual nº 11.424/2000). 15 Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (Resolução TCE/RS nº 1.028/2015).

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA: 1 Orçamento público. 1.1 Conceito 1.2 Técnicas orçamentárias. 1.3 Princípios orçamentários. 1.4 Ciclo orçamentário. 1.5 Processo orçamentário. 2 Orçamento público no Brasil. 2.1 Sistema de planejamento e de orçamento federal. 2.2 Plano plurianual. 2.3 Diretrizes orçamentárias. 2.4 Orçamento anual. 2.5 Sistema e processo de orçamentação. 2.6 Classificações orçamentárias. 2.7 Estrutura programática. 2.8 Créditos ordinários e adicionais. 3 Programação e execução orçamentária e financeira. 3.1 Descentralização orçamentária e financeira. 3.2 Acompanhamento da execução. 3.3 Sistemas de informações. 3.4 Alterações orçamentárias. 4 Receita pública. 4.1 Conceito e classificações. 4.2 Estágios. 4.3 Fontes. 4.4 Dívida ativa. 5 Despesa pública. 5.1 Conceito e classificações. 5.2 Estágios. 5.3 Restos a pagar. 5.4 Despesas de exercícios anteriores. 5.5 Dívida flutuante e fundada. 5.6 Suprimento de fundos. 6 Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal). 7 Lei nº 4.320/1964 e suas alterações.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Conceito, classificação, princípios fundamentais, emendas constitucionais. 2 Direitos e garantias fundamentais. 2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos. 3 Organização político-administrativa. 3.1 União, estados, Distrito Federal e municípios. 4 Administração pública. 4.1 Disposições gerais, servidores públicos. 5 Poder Legislativo. 5.1 Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, deputados e senadores. 6 Poder Executivo. 6.1 Atribuições do presidente da República e dos ministros de Estado. 7 Poder Judiciário. 7.1 Disposições gerais. 7.2 Órgãos do Poder Judiciário. 7.2.1 Competências. 7.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 7.3.1 Composição e competência. 8 Funções essenciais à Justiça. 8.1 Ministério Público, advocacia e defensoria públicas.

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Estado, governo e administração pública. 2 Direito administrativo. 3 Ato administrativo. 4 Poderes da administração pública. 4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 4.2 Uso e abuso do poder. 5 Regime jurídico-administrativo. 5.1 Conceito. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 6 Responsabilidade civil do Estado. 7 Serviços públicos. 8 Organização administrativa. 8.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 8.2 Administração direta e indireta. 9 Controle da administração pública. 9.1 Controle exercido pela administração pública. 9.2 Controle judicial. 9.3 Controle legislativo. 9.4 Improbidade administrativa. 10 Processo administrativo. 11 Licitações e contratos administrativos. 12 Agente público. 13 Cargo, emprego e função pública. 14 Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, que dispõe sobre o Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul.

17.2.3 CONHECIMENTOS GERAIS PARA O CARGO DE OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO (OCE)

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referenciamento, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: 1 Noções de sistema operacional (ambiente Windows). 2 Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office). 3 Redes de computadores . 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e *intranet* . 3.2 Programas de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome e similares) . 3.3 Programas de correio eletrônico (Microsoft Outlook) . 3.4 Sítios de busca e pesquisa na Internet . 3.5 Grupos de discussão . 3.6 Redes sociais . 3.7 Computação na nuvem (*cloud computing*) . 4 Noções de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas . 5 Segurança da informação . 5.1 Procedimentos de segurança . 5.2 Noções de *malware*, vírus, worms e pragas virtuais . 5.3 Aplicativos para segurança (antivírus, *firewall*, *anti-spyware* etc.) . 5.4 Procedimentos de *backup* . 5.5 Armazenamento de dados na nuvem (*cloud storage*).

MATEMÁTICA : 1 Números inteiros, racionais e reais. 1.1 Problemas de contagem. 2 Sistema legal de medidas. 3 Razões e proporções; divisão proporcional. 3.1 Regras de três simples e composta. 3.2 Porcentagens. 4 Sequências numéricas.

RACIOCÍNIO LÓGICO : 1 Estruturas lógicas. 2 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. 3 Lógica sentencial (ou proposicional). 3.1 Proposições simples e compostas. 3.2 Tabelas-verdade. 3.3 Equivalências. 3.4 Leis de De Morgan. 3.5 Diagramas lógicos. 4 Lógica de primeira ordem. 5 Princípios de contagem e probabilidade. 6 Operações com conjuntos.

CONTROLE EXTERNO: 1 Controle da administração pública. 1.1 Conceito, tipos e formas de controle . 2 Controle externo . 2.1 Tribunais de contas . 2.1.1 Natureza jurídica . 2.1.2 Distinção entre contas de governo e contas de gestão . 3 Ministério Público de Contas . 3.1 Natureza, competência, princípios e funções institucionais . 3.2 Instrumentos de atuação . 4 Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar federal nº 101/2000) . 5 Lei Orgânica do TCE/RS (Lei estadual nº 11.424/2000). 6 Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (Resolução TCE/RS nº 1.028/2015).

17.2.4 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 1: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (ACE) - ESPECIALIDADE: ARQUITETURA

ARQUITETURA E URBANISMO: 1 Teoria da história da arquitetura e urbanismo. 1.1 Evolução urbana. 1.2 Períodos da história da arquitetura e do urbanismo. 1.3 Patrimônio cultural, ambiental e arquitetônico. 1.3.1 Cartas Patrimoniais (Carta de Atenas 1931, Carta de Veneza 1964, Carta de Restauro 1972 e Carta de Washington 1987). 1.3.2 Decreto-Lei nº 25/1937. 1.3.3 Lei Federal nº 3.868/1961. 1.4 Conceitos fundamentais em arquitetura e urbanismo. 2 Representação, métodos e técnicas de desenho. 2.1 Tipos de representação do projeto de arquitetura: NBR nº 16.636-1:2017 e NBR nº 16.636-2:2017. 2.2 Perspectiva cônica e desenhos isométricos. 2.3 Geometria descritiva básica. 2.3.1 Diedros, trés projeções e cortes. 2.4 Croquis à mão e *sketch-up* . 2.5 Desenho técnico: AutoCAD e AutoCAD 3D. 2.6 BIM. 2.7 Desenho técnico. 2.7.1 NBR nº 16.861/2020. 2.7.2 NBR nº 16.752/2020. 2.7.3 NBR nº 6.492/2021. 2.7.4 NBR nº 17.006/2021. 2.7.5 NBR nº 17.068/2022. 3 Planejamento e projeto urbano. 3.1 Uso do solo. 3.2 Lei nº 6.766/1979 e suas alterações (parcelamento do solo urbano). 3.3 Gestão urbana e instrumentos de gestão. 3.3.1 Plano diretor. 3.3.2 Estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA). 3.3.2.1 Resolução CONAMA nº 237/1997. 3.3.2.2 Resolução CONAMA nº 1/1986 e suas alterações. 3.3.3 Estudo de impacto de vizinhança (EIV). 3.3.4 Licenciamento ambiental. 3.3.5 Instrumentos econômicos e administrativos. 3.4 Lei nº 10.257/2001 e suas alterações (Estatuto das Cidades). 3.5 Dimensionamento e programação. 3.5.1 Equipamentos públicos e comunitários. 3.5.2 Mobiliário urbano. 3.6 Sistemas de infraestrutura urbana. 3.6.1 Subsistema viário. 3.6.1.1 Hierarquização, dimensionamento, geometria e pavimentação. 3.6.2 Subsistema de drenagem pluvial. 3.6.3 Subsistema de abastecimento de água. 3.6.4 Subsistema do esgotamento sanitário. 3.6.5 Subsistema de resíduos sólidos. 3.6.5.1 Coleta e destinação. 3.6.6 Subsistema energético. 3.6.7 Subsistema de comunicações. 3.7 Topografia. 3.7.1 Noções de poligonais, curvas de nível e movimento de terra. 3.7.2 Noções de sistema cartográfico e de georreferenciamento. 3.8 Habitação de interesse social. 4 Sustentabilidade urbana. 4.1 Agenda Habitat, Agenda 21 e Agenda 2030. 4.2 Sistemas de baixo impacto ambiental. 4.2.1 Cisternas, coletores solares, fotocélulas. 5 Comunicação visual no edifício e na cidade. 6 Paisagismo. 6.1 Espaços livres. 6.1.1 Praças e parques. 6.2 Espaços vinculados à edificação. 6.2.1 Jardins. 7 Projetos de arquitetura para edifícios. 7.1 Programa de necessidades/fluxograma. 7.2 Implantação. 7.3 Programas complexos. 7.3.1 Circulações e áreas restritas. 7.3.2 Modulação e racionalização da construção. 7.4 Concreto, aço e pré-moldados. 7.5 Divisões espacial e leiaute de ambientes. 7.6 Ergonomia. 7.7 Conforto ambiental. 7.7.1 Conforto térmico. 7.7.1.1 Aspectos bioclimáticos. 7.7.1.1.1 Clima, zona de conforto. 7.7.1.2 Insolação, uso da carta solar, desenho de brises. 7.7.1.3 Ventilação e exaustão. 7.7.1.4 Absorção, transmissão e reflexão térmica. 7.7.2 Conforto luminoso. 7.7.2.1 Iluminação natural. 7.7.2.2 Iluminação artificial. 7.7.3 Conforto acústico. 7.7.3.1 Noções de acústica. 7.7.3.1.1 Reverberação, eco, reflexão, absorção e isolamento; intensidade sonora. 7.7.4 Auditórios. 7.7.4.1 Forma e volume (metro cúbico de ar). 7.7.4.2 Visibilidade. 7.7.4.3 Revestimentos. 7.8 NBR nº 15.575. 8 Leitura e interpretação de projetos complementares para edifícios. 8.1 Fundações. 8.2 Cálculo estrutural. 8.2.1 Aço. 8.2.2 Concreto. 8.2.3 Madeira. 8.3 Instalações elétricas. 8.4 Instalações hidrossanitárias. 8.5 Prevenção contra incêndio. 8.5.1 Conceitos básicos. 8.5.2 Saída de emergência. 8.5.2.1 NBR 9.077/2001. 8.6 Elevadores. 8.7 Ar-condicionado. 8.8 Instalações especiais. 8.8.1 Alarmes e para-raios. 8.8.2 Telecomunicações/telefone. 8.8.3 Cabeamento estruturado de dados e voz. 9 Edifício. 9.1 Projeto de detalhamento. 9.2 Especificações e caderno de encargos. 9.2.1 Sistema construtivo e estrutural. 9.2.2 Coberturas e impermeabilizações. 9.2.3 Vedações. 9.2.3.1 Alvenarias. 9.2.3.2 Esquadrias. 9.3 Pinturas e revestimentos. 9.3.1 Especificações e quantitativos. 9.3.2 Piso, paredes e forro. 9.3.2.1 Revestimentos cerâmico, melamínico. 9.4 Detalhes executivos de representação, especificação e cotagem. 9.4.1 Esquadrias de aço, alumínio e madeira. 9.4.2 Escadas e corrimãos (dimensionamento). 9.4.3 NBR 9.050/2020 (acessibilidade). 10 Obra e fiscalização. 10.1 Organização e projeto do canteiro de obras. 10.2 Orçamento e cronograma físico-financeiro. 10.2.1 Avaliação de custos e fontes de referência oficiais (SINAPI, SICRO). 10.2.2 Levantamento dos serviços e seus quantitativos. 10.2.3 Orçamento analítico e sintético. 10.2.4 Curva ABC. 10.2.5 Composição analítica de serviços. 10.2.6 Cronograma físico-financeiro. 10.2.6.1 Gráfico de Gantt. 10.2.6.2 Método PERT/CPM. 10.2.6.3 Estrutura de Desdobramento do Trabalho (EAP ou WBS). 10.2.7 BDI (benefício/bonificação e despesas indiretas). 10.2.8 Cálculo dos encargos sociais. 10.3 Responsabilidade técnica. 10.4 Acompanhamento e fiscalização de obras e serviços. 10.4.1 Controle tecnológico. 10.4.2 Diário de obras. 10.4.3 Medições de serviços. 10.4.4 Controle de materiais. 10.4.5 Patologias das construções. 11 Legislação profissional. 11.1 Lei nº 12.378/2010 e suas alterações. 11.2 Resolução CAU nº 21/2012 e suas alterações. 12 Políticas Públicas. 12.1 Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015). 12.2 Política Nacional de Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007 e atualizações) e Novo Marco do Saneamento Básico (Lei Federal nº 14.026/2020). 12.3 Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/2012). 12.4 Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010). 13 Lei nº 4.717/1965 (Lei de Ação Popular). 14 Licitação de obras públicas. 14.1 Conceito, finalidade e princípios. 14.2 Obrigatoriedade. 14.3 Hipóteses de dispensa, de inexigibilidade e de vedação. 14.4 Modalidades. 14.5 Procedimentos. 14.6 Critérios de julgamento. 14.7 Regimes de execução. 14.8 Revogação, anulação, homologação e adjudicação. 14.9 Anteprojeto, projeto básico e projeto executivo. 15 Contratos administrativos de obras públicas. 15.1 Conceito, características, requisitos substanciais e formais. 15.2 Peculiaridades e interpretação. 15.3 Formalização, execução, controle, inexecução, revisão e rescisão. 16 Legislação aplicável a contratação de obras públicas. 16.1 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. 16.2 Lei nº 8.987/1995 e suas alterações. 16.3 Lei nº 11.079/2004 e suas alterações.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL, COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCO E GOVERNANÇA: 1 Compliance aplicado à gestão pública. 1.1 Conceito, princípios e normas. 2 Auditoria governamental. 2.1 Controle interno. 2.2 Auditoria de regularidade, auditoria financeira e auditoria operacional. 2.3 Instrumentos de fiscalização. 2.3.1 Auditoria, levantamento, monitoramento e acompanhamento e inspeção. 2.4

Planejamento de auditoria. 3 Gestão de riscos no setor público. 4 Plano de auditoria baseado no risco. 4.1 Atividades preliminares. 4.2 Determinação de escopo. 4.3 Materialidades, risco e relevância. 4.4 Exame e avaliação do controle interno. 4.5 Risco inerente, de controle e de detecção. 4.6 Risco de auditoria. 4.7 Matriz de planejamento. 4.8 Programas de auditoria. 4.9 Papéis de trabalho. 4.10 Testes de auditoria. 4.11 Importância da amostragem estatística em auditoria. 5 Execução da auditoria. 5.1 Técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica. 6 Evidências. 6.1 Caracterizações de achados de auditoria. 6.2 Matrizes de achados e matriz de responsabilização. 7 Comunicação dos resultados. 7.1 Relatório de auditoria. 8 Monitoramento. 9 Documentação da auditoria. 10 Supervisão e controle de qualidade. 11 ISSAIs (30, 100, 200, 300, 400, 3.000 e 3.100). 12 Governança no setor público. 12.1 Papel e importância. 12.2 Governança, transparéncia e accountability . 12.3 Governança e governabilidade. 12.4 Princípios da governança pública. 13 Utilização da IA como ferramenta de apoio à auditoria.

CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (ACE) - ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CONTABILIDADE GERAL: 1 Contabilidade. 1.1 Conceito. 1.2 Objeto. 1.3 Finalidade. 2 Contas. 2.1 Conceito. 2.2 Teorias. 2.3 Função. 2.4 Natureza das contas. 3 Noções sobre regime de competência e regime de caixa. 4 Noções sobre origem e aplicação de recursos. 5 Escrituração. 5.1 Sistema de partidas dobradas. 5.2 Erros de escrituração e suas correções. 6 Estrutura, características e forma de apresentação de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 7 Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil?financeiro. 8 Disponibilidades caixa e equivalentes de caixa: conteúdo, classificação e critérios de avaliação. 9 Contas a receber. 9.1 Conceito, conteúdo e critérios contábeis. 10 Estoques. 10.1 Conceito, conteúdo e classificação. 11 Despesas antecipadas. 11.1 Conceito, conteúdo, classificação e critérios de avaliação. 12 Realizável a longo prazo (não circulante). 12.1 Conceito e classificação. 12.2 Ajusta a valor presente. 12.3 Cálculo e contabilização de contas ativas e passivas. 13 Instrumentos financeiros. 13.1 Aspectos conceituais, reconhecimento, mensuração e evidencição. 14 Mensuração do valor justo. 14.1 Definição de valor justo. 14.2 Valor justo. 14.2.1 Aplicação para ativos, passivos e instrumentos patrimoniais. 14.3 Técnicas de avaliação do valor justo. 15 Ativo Imobilizado. 15.1 Conceituação, classificação e conteúdo das contas. 15.2 Critérios de avaliação e mensuração do ativo imobilizado. 15.3 Depreciação, exaustão e amortização. 16 Ativos intangíveis. 16.1 Aspectos conceituais, definição, reconhecimento e mensuração. 16.2 Goodwill . 17 Redução ao valor recuperável de ativos. 17.1 Definições, identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação. 18 Passivo exigível. 18.1 Conceitos gerais, avaliação, reconhecimento, mensuração e conteúdo do passivo. 19 Fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações. 20 Empréstimos e financiamentos. 21 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. 22 Patrimônio líquido. 22.1 Capital social. 22.2 Reservas de capital. 22.3 Ajustes de avaliação patrimonial. 22.4 Reservas de lucros. 22.5 Ações em tesouraria. 22.6 Prejuízos acumulados. 22.7 Dividendos. 23 Análise econômico?financeira. 23.1 Indicadores de liquidez. 23.2 Indicadores de rentabilidade. 23.3 Indicadores de lucratividade. 23.4 Indicadores de endividamento. 23.5 Indicadores de estrutura de capitais. 23.6 Análise vertical e horizontal.

CONTABILIDADE PÚBLICA : 1 Sistema de contabilidade federal . 2 Conceituação, objeto e campo de aplicação . 3 Composição do patrimônio público . 3.1 Patrimônio público . 3.2 Ativo . 3.3 Passivo . 3.4 Saldo patrimonial . 4 Variações patrimoniais . 4.1 Qualitativas . 4.2 Quantitativas : receita e despesa sob o enfoque patrimonial . 4.3 Realização da variação patrimonial . 4.4 Resultado patrimonial . 5 Regime orçamentário e regime contábil . 6 Mensuração de ativos . 6.1 Ativo intangível . 6.3 Reavaliação e redução ao valor recuperável . 6.4 Depreciação, amortização e exaustão . 7 Mensuração de passivos . 7.1 Provisões . 7.2 Passivos contingentes . 8 Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições . 9 Sistema de custos . 9.1 Aspectos legais do sistema de custos . 9.2 Ambiente da informação de custos . 9.3 Características da informação de custos . 9.4 Terminologia de custos . 10 Estrutura do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP) . 10.1 Naturezas da informação contábil . 10.2 Código da conta contábil . 10.3 Atributos da informação contábil . 10.4 Regras de integridade do PCASP . 11 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público . 11.1 Balanço orçamentário . 11.2 Balanço financeiro . 11.3 Demonstração das variações patrimoniais . 11.4 Balanço patrimonial . 11.5 Demonstração de fluxos de caixa . 11.6 Demonstração das mutações do patrimônio líquido . 11.7 Notas explicativas às demonstrações contábeis . 11.8 Consolidação das demonstrações contábeis . 12 Transações no setor público . 13 Despesa pública . 13.1 Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas . 14 Receita pública . 14.1 Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas . 15 Créditos adicionais . 16 Execução orçamentária e financeira . 17 Fonte ou destinação de recursos . 18 Suprimento de fundos . 19 Restos a pagar . 20 Despesas com pessoal . 20.1 Definições e limites . 20.2 Controle da despesa total com pessoal . 21 Despesas de exercícios anteriores . 22 Conta única do Tesouro Nacional . 23 Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016 . 23.1 Objetivos e usuários da informação contábil de propósito geral das entidades do setor público . 23.2 Características qualitativas . 23.3 Entidade que repõe a informação contábil . 23.4 Elementos das demonstrações contábeis . 23.5 Reconhecimento nas demonstrações contábeis . 23.6 Mensuração de ativos e passivos nas demonstrações contábeis . 24 NBC TSP nº 3 ? provisões, passivos contingentes e ativos contingentes . 25 NBC TSP nº 4 ? estoques . 26 NBC TSP nº 7 ? ativo imobilizado . 27 NBC TSP nº 8 ? ativo intangível . 28 NBC TSP nº 9 ? redução ao valor recuperável de ativo não gerador de caixa . 29 NBC TSP nº 10 ? redução ao valor recuperável de ativo gerador de caixa . 30 NBC TSP nº 11 ? apresentação das demonstrações contábeis . 31 NBC TSP nº 12 ? demonstração dos fluxos de caixa . 32 NBC TSP nº 13 ? apresentação de informação orçamentária nas demonstrações contábeis . 33 NBC TSP nº 16 ? demonstrações contábeis separadas . 34 NBC TSP nº 17 ? demonstrações contábeis consolidadas . 35 NBC TSP nº 23 ? políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro . 36 Análise das demonstrações contábeis . 36.1 Análise horizontal e vertical . 36.2 Indicadores de estrutura de capital . 36.3 Indicadores de liquidez . 36.4 Indicadores de endividamento . 36.5 Análise de informações extraídas das notas explicativas . 37 MCASP 11ª edição . 38 Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000) e suas alterações . 39 Lei nº 4.320/1964 e suas alterações . 40 Lei nº 14.113/2020 (novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB) e suas alterações . 40.1 Composição Financeira . 40.2 Distribuição de recursos . 40.3 Utilização dos recursos . 41 Lei Complementar nº 178/2021 e suas alterações . 42 MDF 14ª edição . 43 Lei nº 9.394/1996 e suas alterações . 43.1 Recursos Financeiros (Título VII) . 44. Lei Complementar nº 141/2012 e suas alterações . 44.1 Recursos mínimos . 44.2 Repasse e aplicação.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL, COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCO E GOVERNANÇA: 1 Compliance aplicado à gestão pública. 1.1 Conceito, princípios e normas. 2 Auditoria governamental. 2.1 Controle interno. 2.2 Auditoria de regularidade, auditoria financeira e auditoria operacional. 2.3 Instrumentos de fiscalização. 2.3.1 Auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção. 2.4 Planejamento de auditoria. 3 Gestão de riscos no setor público. 4 Plano de auditoria baseado no risco. 4.1 Atividades preliminares. 4.2 Determinação de escopo. 4.3 Materialidades, risco e relevância. 4.4 Exame e avaliação do controle interno. 4.5 Risco inerente, de controle e de detecção. 4.6 Risco de auditoria. 4.7 Matriz de planejamento. 4.8 Programas de auditoria. 4.9 Papéis de trabalho. 4.10 Testes de auditoria. 4.11 Importância da amostragem estatística em auditoria. 5 Execução da auditoria. 5.1 Técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica. 6 Evidências. 6.1 Caracterizações de achados de auditoria. 6.2 Matrizes de achados e matriz de responsabilização. 7 Comunicação dos resultados. 7.1 Relatório de auditoria. 8 Monitoramento. 9 Documentação da auditoria. 10 Supervisão e controle de qualidade. 11 ISSAIs (30, 100, 200, 300, 400, 3.000 e 3.100). 12 Governança no setor público. 12.1 Papel e importância. 12.2 Governança, transparéncia e accountability . 12.3 Governança e governabilidade. 12.4 Princípios da governança pública. 13 Uso da IA como ferramenta de apoio à auditoria.

CARGO 3: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (ACE) - ESPECIALIDADE: ENGENHARIA CIVIL

OBRA - PLANEJAMENTO, NORMAS, FISCALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO: 1 Planejamento de projetos e obras. 1.1 Programação e controle. 1.2 Integração de projetos. 2 Viabilidade, planejamento e controle das construções. 2.1 Técnico, físico?financeiro e econômico. 2.2 Normas técnicas. 3 Análise e interpretação de documentação técnica. 3.1 Instrumento convocatório, contratos administrativos, alterações contratuais, cadernos de encargos, projetos, diário de obras. 4 Análise e compatibilização de projetos. 4.1 Edificações: arquitetônicas, complementares e especiais. 4.2 Rodoviárias: sondagem, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, obras de arte especiais e correntes. 4.3 Hídricos: abastecimento de água; coleta e tratamento de esgoto, operação e manutenção. 5 NR-24 (Segurança e higiene do trabalho). 6 Fiscalização de obras e serviços. 6.1 Recebimento: provisório e definitivo. 6.2 Ensaios de recebimento da obra. 6.3 Acompanhamento da aplicação de recursos: medições, cálculos de reajusteamento, mudança de data?base, emissão de fatura e reequilíbrio econômico-financeiro. 6.4 Documentação da obra: diários, documentos de legalização, acervo técnico e ART. 7 Orçamento. 7.1 Avaliação de custos. 7.2 Levantamento dos serviços e seus quantitativos. 7.3 Orçamento analítico e sintético. 7.4 Curva ABC. 7.5 Composição analítica de serviços. 7.6 Cronograma físico-financeiro. 7.7 BDI (benefício/bonificação e despesas indiretas). 7.8 Cálculo dos encargos sociais. 8 Licitação de obras públicas. 8.1 Conceito, finalidade e princípios. 8.2 Obrigatóriade. 8.3 Hipóteses da dispensa, de inexigibilidade e de vedação. 8.4 Modalidades. 8.5 Procedimentos. 8.6 Critérios de julgamento. 8.7 Regimes de execução. 8.8 Revogação, anulação, homologação e adjudicação. 8.9 Estudo técnico préliminar, anteprojeto, termo de referência, projeto básico e projeto executivo. 9 Contratos administrativos de obras públicas. 9.1 Conceito, características, requisitos substanciais e formais. 9.2 Peculiaridades e interpretação. 9.3 Formalização, execução, controle, inexecução, revisão e rescisão. 10 Noções de legislação ambiental. 10.1 Resolução CONAMA nº 237/1997. 10.2 Resolução CONAMA nº 1/1966 e suas alterações. 10.3 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações. 11 Legislação aplicável à contratação de obras e serviços de engenharia. 11.1 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. 11.2 Lei nº 8.987/1995 e suas alterações. 11.3 Lei nº 11.079/2004 e suas alterações. Lei Federal nº 10.098/2000 (promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida).

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE MEIO AMBIENTE : 1 Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. 2 Lei nº 9.433, de 08 de Janeiro de 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. 3 Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. 4 Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 (com redação dada pela Lei 14.026/2020) - Institui a Política Nacional de Saneamento.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ENGENHARIA ECONÔMICA : 1 Matemática financeira: juros simples e compostos, fluxos de caixa, relações de equivalência, séries de pagamento, taxas efetiva, nominal e equivalente, análise de alternativas de investimento, taxa mínima de atratividade, critérios econômicos de decisão (VPL, VA, TIR, TMA). 2 Engenharia econômica: valor do dinheiro no tempo, análise de custo-benefício, capex/opex, avaliação e seleção de projetos de investimento.

OBRA RODOVIÁRIAS: 1 Estudos geotécnicos: análise de relatório de sondagens. 2 Especificações de materiais . 2.1 Características físicas . 3 Principais ensaios técnicos de solo, de materiais betuminosos e de agregados . 4 Especificações de serviços . 4.1 Terraplenagem: cortes, aterros, bota-fora etc . 4.2 Pavimentação . 4.2.1 Reforço do subleito, sub-base, base e revestimento asfáltico . 4.3 drenagem e obras de arte especiais . 4.4 Principais equipamentos utilizados . 5 Análise orçamentária . 5.1 Metodologia, conceitos, produtividade e equipamentos . 6 Acompanhamento de obras . 6.1 Apropriação de serviços . 7 Construção . 7.1 Organização do canteiro de obras . 7.2 Execução de serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem e sinalização . 8 Principais impactos ambientais e medidas mitigadoras . 9 Fiscalização . 9.1 Acompanhamento da aplicação de recurso (medições, cálculos de reajusteamento, mudança de data-base, emissão de fatura etc.), análise e interpretação de documentação técnica (editais, contratos, aditivos contratuais, cadernos de encargos, projetos, diário de obras etc.) . 10 Controle de materiais . 10.1 Cimento, agregados, aditivos, materiais betuminosos . 10.2 Controle de execução de obras e serviços .

OBRA DE EDIFICAÇÕES: 1 Projetos e especificações de materiais e serviços . 2 Análise orçamentária . 2.1 Composição de custos unitários, quantificação de materiais e serviços, planilhas de orçamento (sintético e analítico), curva ABC (de serviços e de insumos), cronogramas físico e físico-financeiro, benefícios e despesas indiretas (BDI), encargos sociais . 3 Programação de obras . 4 Acompanhamento de obras . 4.1 Apropriação de serviços . 5 Construção . 5.1 Organização do canteiro de obras, execução de fundações diretas e indiretas, alvenaria, concreto, estruturas de concreto armado e protendido, estruturas metálicas (inclusive para coberturas), impermeabilização, cobertura, esquadrias, pisos, revestimento, pinturas, instalações (elétrica, hidrossanitária, prevenção a incêndios etc.) . 6 Fiscalização . 6.1 Acompanhamento da aplicação de recursos (medições, cálculos de reajusteamento, mudança de data-base, emissão de fatura etc.), análise e interpretação de documentação técnica (editais, contratos, aditivos contratuais, cadernos de encargos, projetos, diário de obras etc.) . 7 Controle de qualidade de materiais (cimento, agregados, aditivos, concreto usinado, aço, madeira, materiais cerâmicos, vidro etc.), controle de qualidade na execução de obras e serviços . 8 Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SNIC): conceitos básicos e aplicações . 9 Engenharia de avaliações (NBR 14.653) . 9.1 Conceitos, metodologia, graus de fundamentação e aplicações . 10 Noções sobre gestão na produção de edificações, incluindo gestão de projeto, gestão de materiais, execução, uso e manutenção .

OBRA HÍDRICAS: 1 Principais estruturas hidráulicas: barragens, soleiras, órgãos extravasores, tomadas de água, canais, condutos sob pressão, túneis, bueiros (tipos e finalidade), seções típicas, pré-dimensionamento, aspectos construtivos . 2 Aproveitamento hidrelétrico . 2.1 Avaliação de potencial hidráulico: estruturas componentes; turbinas (tipos e aplicação) e geradores; aspectos construtivos; vantagens e desvantagens em relação a outras formas de geração de energia (térmica, eólica, nuclear, biomassa) . 3 Irrigação e drenagem . 3.1 Conceito, finalidade, aspectos construtivos . 3.2 Principais condicionantes de um projeto de irrigação . 3.3 Operação e manutenção de um perímetro de irrigação . 4 Obras de saneamento . 4.1 Abastecimento de água: captação, adução, tratamento (ETA), recalque, reservação, distribuição . 4.2 Coleta e tratamento de esgoto (ETE), lagoas de estabilização, fossas sépticas . 4.3 Obras de defesa contra inundação e de macrodrenagem: reservatórios de cheias, bacias de acumulação, alargamento de calhas fluviais, canalização de cursos de água, reflorestamento da bacia hidrográfica . 4.4 Aspectos construtivos . 4.5 Operação e manutenção . 5 Objetivos para desenvolvimento sustentável da ONU (ODS) e agenda 2030: ODS 6 (Água potável e saneamento); ODS 7 (energia limpa e acessível); ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis); ODS 12 (consumo e produção responsáveis); ODS 13 (ação contra a mudança global do clima).

AUDITORIA GOVERNAMENTAL, COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCO E GOVERNANÇA: 1 Compliance aplicado à gestão pública. 1.1 Conceito, princípios e normas. 2 Auditoria governamental. 2.1 Controle interno. 2.2 Auditoria de regularidade, auditoria financeira e auditoria operacional. 2.3 Instrumentos de fiscalização. 2.3.1 Auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção. 2.4 Planejamento de auditoria. 3 Gestão de riscos no setor público. 4 Plano de auditoria baseado no risco. 4.1 Atividades preliminares. 4.2 Determinação de escopo. 4.3 Materialidades, risco e relevância. 4.4 Exame e avaliação do controle interno. 4.5 Risco inerente, de controle e de detecção. 4.6 Risco de auditoria. 4.7 Matriz de planejamento. 4.8 Programas de auditoria. 4.9 Papéis de trabalho. 4.10 Testes de auditoria. 4.11 Importância da amostragem estatística em auditoria. 5 Execução da auditoria. 5.1 Técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica. 6 Evidências. 6.1 Caracterizações de achados de auditoria. 6.2 Matrizes de achados e matriz de responsabilização. 7 Comunicação dos resultados. 7.1 Relatório de auditoria. 8 Monitoramento. 9 Documentação da auditoria. 10 Supervisão e controle de qualidade. 11 ISSAIs (30, 100, 200, 300, 400, 3.000 e 3.100). 12 Governança no setor público. 12.1 Papel e importância. 12.2 Governança, transparéncia e accountability . 12.3 Governança e governabilidade. 12.4 Princípios da governança pública. 13 Uso da IA como ferramenta de apoio à auditoria.

Exame e avaliação do controle interno. 4.5 Risco inerente, de controle e de detecção. 4.6 Risco de auditoria. 4.7 Matriz de planejamento. 4.8 Programas de auditoria. 4.9 Papéis de trabalho. 4.10 Testes de auditoria. 4.11 Importância da amostragem estatística em auditoria. 5 Execução da auditoria. 5.1 Técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica. 6 Evidências. 6.1 Caracterizações de achados de auditoria. 6.2 Matrizes de achados e matriz de responsabilização. 7 Comunicação dos resultados. 7.1 Relatório de auditoria. 8 Monitoramento. 9 Documentação da auditoria. 10 Supervisão e controle de qualidade. 11 ISSAIs (30, 100, 200, 300, 400, 3.000 e 3.100). 12 Governança no setor público. 12.1 Papel e importância. 12.2 Governança, transparéncia e accountability . 12.3 Governança e governabilidade. 12.4 Princípios da governança pública. 13 Utilização da IA como ferramenta de apoio à auditoria.

CARGO 4: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (ACE) - ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ENGENHARIA DE SOFTWARE: 1 Gerenciamento de processos de negócio: modelagem de processos; técnicas de análise de processo; desenho e melhoria de processos; integração de processos; business process modeling and notation (BPMN). 2 Engenharia de requisitos: conceitos básicos; técnicas de elicitação de requisitos; gerenciamento de requisitos; especificação de requisitos; histórias de usuário; técnicas de validação de requisitos; prototipação; produto mínimo viável. 3 Engenharia de usabilidade: conceitos básicos e aplicações; critérios, recomendações e guias de estilo; análise de requisitos de usabilidade e responsividade; métodos para avaliação de usabilidade; design de interface e de experiência do usuário. 4 Metodologias e práticas de desenvolvimento ágeis. 4.1 Scrum, Extreme Programming (XP), Kanban, lean development e TDD. 4.2 Qualidade de software . 5 Análise e projeto orientados a objetos: conceitos fundamentais, análise, modelagem e padrões de projeto; análise e projeto orientados a objetos; polimorfismo, herança, abstração e encapsulamento. 6 Gestão de projetos e produtos de software : gestão de backlog , gestão de dívida técnica, técnicas de priorização, técnicas de estimativas (story points , análise de pontos de função). 7 Testes: conceitos básicos e aplicações; tipos de testes; análise estática de código fonte (SonarQube); testes automatizados e manuais.

LINGUAGENS E TECNOLOGIAS DE PROGRAMAÇÃO : 1 Fundamentos: lógica de programação; operadores e expressões; estruturas de controle, seleção, repetição e desvio. 2 Estruturas de dados: listas, pilhas, filas, árvores; métodos de ordenação, pesquisa e hashing, estrutura de arquivos. 3 Paradigmas de programação: programação orientada a objetos; compiladores e interpretadores. 4 Linguagem e ambientes de programação Java. 4.1 Noções de servidores de aplicação Java. 4.2 Eclipse. 4.3 Programação avançada em Java: JEE (JSP/Servlets, EJB, JNDI, JDBC), JavaBeans, Struts2, Hibernate, Framework Spring, Web Services, testes de unidade com JUnit, Ant, Maven, padrões de projeto JEE. 5 Desenvolvimento de sistemas Web: HTML, AJAX, XML, Web Services, CSS, JavaScript, DHTML. 6 Tecnologias e práticas frontend web: HTML5, CSS3, JavaScript, Ajax, framework Angular, WebSocket e Single Page Application (SPA). 7 Linguagem Python: sintaxe, variáveis, tipos de dados e estruturas de controle de fluxo. Estruturas de dados, funções e arquivos. 8 Desenvolvimento com containers: Docker, OCI, Kubernetes, Boas práticas para desenvolvimento com containers, Orquestração de containers, Arquitetura altamente distribuída, Content Delivery Networks (CDNs). 9 Gerência de configuração de software: versionamento (Git e GitLab), merge, branch, pipeline; Gifflow, desenvolvimento colaborativo; CI/CD (GitLab CI).

BANCOS DE DADOS: 1 Bancos de dados relacionais: sistemas gerenciadores de banco de dados (Oracle, conceitos básicos e noções de administração); SQL (structured query language); PL/SQL: conceitos e comandos; controle de proteção, integridade, concorrência e bloqueio de transações. 2 Banco de dados NoSQL: key / value ; orientados a documentos; grafos. 3 Técnicas para detecção de problemas e otimização de desempenho do SGBD e de consultas SQL. 4 Arquitetura e aplicações de data warehouse , ETL e Olap; técnicas de modelagem e otimização de bases de dados multidimensionais . 5 Business intelligence : processo de coleta, organização, análise e compartilhamento de informações; dashboards (painéis e visualização de dados). 6 Ferramentas de busca, indexação e análise de dados: Elasticsearch, Logstash e Kibana. 7 Noções de big data e data lake .

INFRAESTRUTURA DE TI : 1 Redes de Computadores: 1.1 Tecnologias de rede de computadores: Ethernet, fibra ótica, wireless e redes móveis. 1.2 Tipos e topologias de rede: LAN, WAN, VLAN . 1.3 Elementos de interconexão de redes e computadores: roteadores, switches, hubs, gateways, repetidores. 1.4 Redes TCP/IP: 1.4.1 Protocolos TCP e UDP. 1.4.2 Classes de redes TCP/IP. 1.4.3 Enderecamento de redes TCP/IP. 1.4.4 NAT - Network Address Translator . 1.5 Protocolos e serviços de rede: DNS, DHCP, SMTP, FTP, HTTP, NSMP, TLS, SSH, RADIUS, VPN. 1.6 Utilitários de análise e diagnóstico de redes Windows: ping, traceroute, netstat, whois, ipconfig, net user, net session, net share. 2 Virtualização: conceitos básicos. 3 Tecnologias de armazenamento: 3.1 Mídias de armazenamento: HDD, SSD, Fitas LTO. 3.2 Tecnologias de conexão entre dispositivos e computadores: IDE, SATA, SCSI, Iscsi, Fibre Channel, NVME. 3.3 Sistemas de arquivos: NTFS, FAT32, EXT2, EXT3, EXT4, BTRFS. 3.4 Tecnologias de compartilhamento de arquivos e dispositivos: SMB, NFS, CIFS. 3.5 Storages. 3.6 Conceitos de SAN e NAS. 3.7 RAID - tipos, características e aplicações. 3.8 Backup e restauração: políticas e tipos de backup (integral, incremental, diferencial). 4 Sistemas Operacionais e Serviços de Rede: 4.1 MS Windows (Server 2016 e superiores e Windows 10 e superiores). 4.1.1 Instalação e configuração. 4.1.2 Controle de usuários. 4.1.3 Ferramentas de administração: Visualizador de Eventos, Agendador de tarefas, Monitor de recursos, Gerenciador de Tarefas, Serviços, Gerenciamento do Computador, Gerenciador de Dispositivos, Editor de Registro, Prompt de comandos, Powershell. 4.1.4 Sistema de arquivos: permissões e compartilhamento de arquivos e pastas; compactação, deduplicação, desfragmentação e otimização. 4.1.5 Windows Defender Firewall 4.1.6 Conexão de Área de Trabalho Remota 4.1.7 Internet Information Services (IIS). 4.1.8 Remote Desktop Services (RDS). 4.2 Sistemas operacionais baseados em GNU/Linux . 4.2.1 Instalação e configuração. 4.2.2 Controle de usuários. 4.2.3 Comandos básicos de shell e scripts. 4.2.4 Sistema de arquivos: permissões e compartilhamento de arquivos e pastas (Samba). 4.3 MS Active Directory 4.3.1 Conceitos básicos de organização de diretórios: estrutura floresta, sites, domínios, unidades organizacionais, containers, controladores de domínio, usuários e objetos. 4.3.2 Gerenciamento de grupos e usuários. 4.3.3 Políticas de rede. 4.3.4 Protocolo LDAP.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: 1 Conceitos básicos: confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio. 2 Métodos de autenticação e autorização: autenticação de múltiplos fatores (MFA), protocolos de autenticação? OAuth 2.0, OpenID Connect e JWT (JSON Web Tokens). 3 Ameaças e vulnerabilidades em aplicações: injection (SQL, LDAP), cross-site scripting (XSS), quebra de autenticação e gerenciamento de sessão, referência insegura a objetos, cross-site request forgery , armazenamento inseguro de dados criptografados. 4 Segurança de aplicativosweb : conceitos de segurança de aplicativos web , análise de vulnerabilidades em aplicaçõesweb , metodologia open web application security project (OWASP), técnicas de proteção de aplicaçõesweb . 5 Prevenção e combate a ataques a redes de computadores, como DDoS, DoS, DNS spoofing , eavesdropping , phishing , brute force , port scanning . 6 Criptografia e proteção de dados em trânsito e em repouso; sistemas criptográficos simétricos e assimétricos e principais protocolos. 7 Tecnologias de segurança: firewalls, sistemas de detecção e prevenção de intrusões, antivírus, antispam. 8 Assinatura e certificação digital. 9 Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e alterações.

GESTÃO E GOVERNANÇA DE TI: 1 Planejamento e gestão estratégicos de TI: PETI, PDTI e indicadores de desempenho de TI. 2 Gerenciamento de projetos (PMBOK 7ª edição): conceitos básicos, estrutura e objetivos. 3 Gerenciamento de serviços (ITIL V4): conceitos básicos, estrutura e objetivos. 4 Governança de TI (COBIT 2019): conceitos básicos, estrutura e objetivos. 5 Qualidade de software : CMMI, MPS/BR. 6 Norma NBR ISO/IEC nº 38500:2018. 7 Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE TI: 1 Gestão de contratação de soluções de TI. 2 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. 3 Elaboração e fiscalização de contratos de tecnologia da informação. 3.1 Critérios de remuneração por esforço versus produto. 3.2 Cláusulas e indicadores de nível de serviço. 3.3 Papel do fiscalizador do contrato. 3.4 Papel do preposto da contratada. 3.5 Acompanhamento da execução contratual. 3.6 Registro e notificação de irregularidades. 3.7 Definição e aplicação de penalidades e sanções administrativas.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL, COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCO E GOVERNANÇA: 1 Compliance aplicado à gestão pública. 1.1 Conceito, princípios e normas. 2 Auditoria governamental. 2.1 Controle interno. 2.2 Auditoria de regularidade, auditoria financeira e auditoria operacional. 2.3 Instrumentos de fiscalização. 2.3.1 Auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção. 2.4 Planejamento da auditoria. 3 Gestão de riscos no setor público. 4 Plano de auditoria baseado no risco. 4.1 Atividades preliminares. 4.2 Determinação de escopo. 4.3 Materialidades, risco e relevância. 4.4 Exame e avaliação do controle interno. 4.5 Risco inerente, de controle e de detecção. 4.6 Risco de auditoria. 4.7 Matriz de planejamento. 4.8 Programas de auditoria. 4.9 Papéis de trabalho. 4.10 Testes de auditoria. 4.11 Importância da amostragem estatística em auditoria. 5 Execução da auditoria. 5.1 Técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica. 6 Evidências. 6.1 Caracterizações de achados da auditoria. 6.2 Matrizes de achados e matriz de responsabilização. 7 Comunicação dos resultados. 7.1 Relatório de auditoria. 8 Monitoramento. 9 Documentação da auditoria. 10 Supervisão e controle de qualidade. 11 ISSAIs (30, 100, 200, 300, 400, 3.000 e 3.100). 12 Governança no setor público. 12.1 Papel e importância. 12.2 Governança, transparéncia e accountability . 12.3 Governança e governabilidade. 12.4 Princípios da governança pública. 13 Utilização da IA como ferramenta de apoio à auditoria.

CARGO 5: OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO (OCE) - ESPECIALIDADE: OFICIAL INSTRUTIVO

DIREITO CONSTITUCIONAL : 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Conceito, classificações, princípios fundamentais, emendas constitucionais. 2 Direitos e garantias fundamentais. 2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos. 3 Organização político-administrativa. 3.1 União, estados, Distrito Federal e municípios. 4 Administração pública. 4.1 Disposições gerais, servidores públicos. 5 Poder Legislativo. 5.1 Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, deputados e senadores. 6 Poder Executivo. 6.1 Atribuições do presidente da República e dos ministros de Estado. 7 Poder Judiciário. 7.1 Disposições gerais. 7.2 Órgãos do Poder Judiciário. 7.2.1 Competências. 7.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 7.3.1 Composição e competência. 8 Funções essenciais à Justiça. 8.1 Ministério Público, advocacia e defensoria públicas.

DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS SERVIDORES PÚBLICOS : 1 Organização administrativa. 1.1 Administração direta e indireta. 1.2 Autarquias e fundações públicas. 1.3 Empresas públicas. 1.4 Sociedades de economia mista. 1.5 Entidades paraestatais. 2 Lei Estadual nº 15.612/2021. 2.1 Processo administrativo. 2.2 Princípios. 2.3 Direitos e deveres dos administrados. 2.4 Instauração, formalização e instrução. 2.5 Recursos. 2.6 Invalideza, revogação e convalidação de atos. 2.7 Prazos e sanções administrativas. 3 Atos Administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação. 4 Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação do contrato administrativo. 4.1 Formalização, execução, inexecução, alteração e rescisão de contrato. 5 Licitação: conceito, princípios, finalidades, objeto, modalidades. 6 Agente público. 7 Cargo, emprego e função pública. 8 Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, que dispõe sobre o Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 1 Legislação administrativa . 1.1 Administração direta, indireta e fundacional . 1.2 Atos administrativos . 1.3 Requisição . 2 Gestão por competências . 3 Tendências em gestão de pessoas no setor público . 4 Licitação pública . 4.1 Modalidades, dispensa e inexigibilidade . 4.2 Pregão . 4.3 Contratos e compras . 4.4 Convênios e termos similares . 4.5 Lei nº 14.133/2021 . 4.6 Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) . 4.7 Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN) . 4.8 Gestão documental.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS: 1 Conceituação de material e patrimônio. 2 Patrimônio das empresas e órgãos públicos. 3 Patrimônio imobiliário. 4 Patrimônio mobiliário. 5 Atividades básicas da administração do material e patrimônio. 6 Noções de administração patrimonial: responsabilidade civil e administrativa. 7 Controle dos materiais e do patrimônio. 8 Movimentação do patrimônio. 9 Sistema patrimonial. 10 Almoxarifado: funções, princípios e objetivos; controle, registro, conservação e recuperação de material; técnicas de armazenamento; utilização de espaço; segurança. 11 Compras nas organizações: aquisição de materiais e de patrimônio; arquivamento, recebimento, proteção, conservação, distribuição, classificação, padronização, codificação e inventário. 12 Gestão, manutenção e conservação dos bens patrimoniais imóveis públicos.

GESTÃO PÚBLICA: 1 Processo administrativo . 1.1 Funções de administração : planejamento, organização, direção e controle . 1.2 Processo de planejamento . 1.2.1 Planejamento estratégico : visão, missão, valores e análise SWOT . 1.3 Organização . 1.3.1 Estrutura organizacional . 1.3.2 Tipos de departamentalização : características, vantagens e desvantagens de cada tipo . 2 Comportamento organizacional : relações indivíduo/organização, motivação, liderança, desempenho, pesquisa de clima . 3 Competência interpessoal . 4 Gerenciamento de conflitos .

GESTÃO DE CONTRATOS : 1 Legislação aplicável à contratação de bens e serviços. 1.1 Lei nº 14.133/2021. 2 Elaboração e fiscalização de contratos. 2.1 Cláusulas e indicadores de nível de serviço. 2.2 Papel do fiscalizador do contrato. 2.3 Papel do preposto da contratada. 2.4 Acompanhamento da execução contratual. 2.5 Registro e notificação de irregularidades. 2.6 Definição e aplicação de penalidades e sanções administrativas.